



PAIS APOSTÓLICOS. Tradução Almiro Pisetta. São Paulo: Mundo Cristão, 2017. 270 p.

Willibaldo Ruppenthal Neto¹

Apesar de algumas obras clássicas, a exemplo dos livros de Justo L. González, Jaroslav Pelikan, Henri Daniel-Rops e outros autores, serem fundamentais no conhecimento da história da igreja, não substituem a importância do conhecimento das fontes primárias. Afinal, mesmo que estes livros sejam importantes interpretações a respeito da igreja ao longo dos séculos, não podem transmitir o mesmo que o contato direto com os documentos originais, que permite que o leitor sinta e perceba diretamente as impressões e ideias dos cristãos do passado, sendo por isso um elemento essencial em toda e qualquer pesquisa historiográfica.

Deste modo, a publicação dos textos denominados por Jean Cotelier em 1672 como “Pais Apostólicos”, que compreendem as obras cristãs do primeiro e

¹ Aluno do Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduado em História pela UFPR e Bacharel em Teologia pelas Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR). Membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED). Bolsista CNPq. E-mail para contato: willibaldoneto@hotmail.com

segundo séculos depois de Cristo (para além do Novo Testamento, evidentemente), nos parece uma contribuição importantíssima para a teologia brasileira, além de parecer ser um sinal de despertar da mesma. Afinal, mesmo que o público brasileiro já tivesse acesso a estes textos pela publicação realizada pela editora católica Paulus², parece que o interesse por tais fontes pelo público protestante veio a crescer tanto que culminou nesta nova publicação, desta vez por uma editora de tradição protestante, que é a editora Mundo Cristão.

Mesmo que esta tradução não seja diretamente do grego ao português, sendo ao invés disso uma tradução do inglês³, parece seguir de modo consideravelmente fiel o texto original, evitando recorrer a expressões e termos mais próximos do nosso contexto linguístico, a fim de preservar não somente o sentido, mas também o vocabulário. Isto é algo essencial, uma vez que a mudança no vocabulário, destes textos aos dias de hoje, é reflexo de uma mudança de perspectivas teológicas, que um leitor atento poderá notar. Assim, fala-se no “poder da Divindade” (p. 193) ou ainda no “Espírito Divino” (p. 194). Afinal, mesmo que tais expressões se relacionem com a ideia cristã do “Espírito Santo”, apresentam uma perspectiva teológica que merece distinção, segundo a qual cada homem poderia ser influenciado por um “espírito Divino”, ou seja, da parte de Deus, para além da Terceira Pessoa da Trindade. Mesmo que hoje, portanto, se reduza toda espiritualidade cristã à ação do Espírito Santo, naquele contexto primitivo ainda não se percebia desta forma.

Também, a tradução publicada parece respeitar termos originais para além da tendência teológica e mesmo de denominação cristã da editora que a publicou: afinal, apesar da tradição protestante se valer principalmente do termo “ceia”, a tradução aqui resenhada carrega consigo as expressões “eucaristia” (p. 69, 88), e até mesmo “ágapes” (p. 95), uma vez que estão mais próximas do original grego. Parece não adaptar, portanto, as fontes às suas posições, até porque a publicação de tais textos não implica na concordância do que os mesmos afirmam em termos de teologia. É por isso que a tradução dos “Pais Apostólicos” é precedida por um prefácio que, mesmo que breve, se faz importante para leitores

² **PADRES APOSTÓLICOS:** Clemente Romano; Inácio de Antioquia; Policarpo de Esmirna; O pastor de Hermas; Carta de Barnabé; Pápias; Didaquê. Tradução: Ivo Storniolo e Euclides M. Balancin. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção Patrística, 1).

³ Como consta na ficha catalográfica da obra, trata-se de uma “tradução de: The apostolic fathers”.

desatentos ou que desconhecem o material.

Em tal prefácio, Alderi Souza de Matos, o historiador oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, informa seus leitores da riqueza das fontes que se seguem, ao mesmo tempo que os alerta das particularidades das mesmas. Afinal, os “Pais Apostólicos” são, segundo ele, “uma das mais importantes coleções de documentos cristãos antigos” (p. 7), uma vez que é “o primeiro conjunto de literatura cristã posterior ao Novo Testamento” (p. 7), de modo que “fornecem informações altamente relevantes sobre um importante período de transição na vida do cristianismo antigo” (p. 12). Porém, são textos marcados por uma “simplicidade intelectual e doutrinária” (p. 7), a qual chega inclusive a contrastar com “a ênfase paulina na graça e na fé”, de modo que “a salvação passa a ser entendida em termos de obediência a uma nova lei”, não sendo “vista como uma dádiva graciosa de Deus, mas como fruto do esforço e da obediência dos cristãos, refletindo um entendimento legalista ou moralista da vida cristã” (p. 8).

Junto ao prefácio, outro recurso importante presente nesta publicação é a explicitação das fontes das citações diretas feitas nos documentos. Assim, o texto é marcado não somente com aspas quando é feita uma citação (não havendo tal evidência no grego), mas também é apresentado em seguida a fonte de tal citação. Em geral, tais citações são de textos do Antigo e Novo Testamentos, porém, em muitos casos, são de alguma fonte desconhecida, apontada no texto como “não identificada” (cit. n.i.). Afinal, neste contexto inicial do cristianismo, o cânon bíblico não estava fechado, o que explica inclusive que estas mesmas fontes desconhecidas sejam tidas como citações das “Escrituras” (cf. p. 76). Até porque alguns dos próprios “Pais Apostólicos”, tais como o Pastor de Hermas, chegaram a ser cogitados para o cânon do Novo Testamento. Mas, quais são os textos que integram o conjunto denominado “Pais Apostólicos”?

O primeiro livro apresentado na coleção aqui resenhada é a *Carta da igreja de Roma à igreja de Corinto*, conhecida na tradição teológica como “Primeira Carta de Clemente”. Nesta obra, são resgatados diversos “exemplos da antiguidade” (p. 17), tais como Enoque, Noé, Abraão, Raabe, Elias, Eliseu, Jó, Davi, e tantos outros famosos heróis da tradição judaica, como também “os heróis mais próximos de nossa época”, que são os apóstolos, como Pedro e Paulo, a fim de se fazer evidente a ação divina por meio de pessoas. Segundo o autor da carta, seu modo de escrever – que provavelmente inclui a referência aos diversos exemplos de heróis – se dá devido ao fato de que seus leitores “conhecem bem as

Sagradas Escrituras” e “estudaram os oráculos de Deus”. Todos estes exemplos tirados das Escrituras, assim como os “exemplos pagãos” aos quais recorre, parecem apontar para um último e principal propósito, que é a ênfase no amor em contraste à “contenda e rivalidade” (p. 39).

No segundo texto, que é um sermão anônimo conhecido como “Segunda carta de Clemente aos coríntios”, desenvolve-se uma teologia inovadora para aquele contexto: a ideia de que a Igreja é a continuidade da encarnação. Interpreta, deste modo, diversos textos do Antigo Testamento de modo alegórico, aplicando-os à Igreja, que é tomada não somente como “o corpo de Cristo” (p. 58), mas também, inclusive, como uma realidade sempre existente, que se fez visível com a encarnação, lhe dando continuidade como corpo de Cristo, que lhe serve como espírito.

As fontes seguintes são as diversas cartas de Inácio, bispo de Antioquia, que escreve para os efésios, os magnésios, os tralianos, os romanos, os filadélfios, os esmirmotas e para Policarpo, bispo da igreja de Esmirna. Nestas cartas Inácio busca apresentar não somente sua disposição ao martírio mas também sua preocupação com a unidade da igreja. Tal unidade deve ser obtida não somente pela compreensão de que o cristianismo deve ser praticado, mas também, e principalmente, no respeito e obediência às autoridades da igreja, que são os bispos, presbíteros e diáconos. A luta contra o “príncipe deste mundo”, portanto, não se dá somente na entrega deliberada da vida, como Inácio pretende fazer, mas também pela obediência às autoridades, como se fosse ao próprio Deus que se obedecesse. Instrui, portanto, seus leitores para que “fujam do sectarismo, a fonte do mal” (p. 94), recomendando aos sectários que se arrependam e se submetam aos bispos instituídos. Para promover tal unidade a um nível ainda mais amplo, Inácio recomenda a cada cidade que envie emissários às demais igrejas das outras cidades, promovendo a relação das mesmas.

Tanto os textos atribuídos a Clemente como aqueles atribuídos a Inácio, deixam clara a situação de divisão e discórdia que havia em muitas igrejas, e até mesmo no cristianismo como um todo. A institucionalização da religião cristã, portanto, já se iniciando no primeiro século, foi logo acompanhada de disputas de poder, discussões de perspectivas teológicas e opiniões das mais divergentes. Assim, apesar da clara hierarquização da igreja em bispos, presbíteros e diáconos, a tão recorrente insistência de Inácio na necessidade de obediência a estas três categorias, nos faz pensar que tal divisão não era totalmente aceita pelas igrejas.

É bem possível, portanto, que tal situação fosse questionada em muitos contextos eclesiais. Mais do que unidade, portanto, a igreja cristã era marcada por uma grande diversidade, que somente podemos supor, uma vez que em boa medida foi apagada com a unificação da religião e com a sobrevivência somente de textos aprovados pelas autoridades eclesiais e pelo Dogma que veio a se estabelecer posteriormente.

Se a ênfase no martírio de Inácio é continuada de certo modo pelos textos relativos a Policarpo, a quem chega a escrever uma carta, e do qual foram preservadas uma carta (aos filipenses) e um relato de martírio, a ênfase de Inácio na organização da igreja é continuada pela obra conhecida como *Didaquê*, que visa estabelecer um padrão para os ritos cristãos. Assim, o martírio encontra em Policarpo nova expressão, o qual é queimado vivo e, após sua morte, venerado por muitos cristãos. Tal importância do martírio é bem evidenciada no fato de que o relato de seu martírio foi escrito por seu discípulo, Ireneu, sendo depois copiado por Gaio, que foi copiado por Isócrates, que por sua vez foi copiado por Pônio, permitindo, mediante tal processo de transmissão, que acabasse chegando até os dias de hoje. A *Didaquê*, porém, descoberta em 1873, apesar de não fazer parte do Novo Testamento, foi escrita por volta da primeira metade do século II d.C., deixando clara a importância de um regramento para as práticas litúrgicas cristãs. Afinal, esta obra é uma espécie de manual eclesial, explicando como devem ser executados o batismo e a eucaristia, apresentados não somente com explicações mas também com as orações que deveriam ser realizadas.

Por fim, a obra conhecida como “O Pastor”, atribuída a Hermas, é um texto apocalíptico bastante instigante e complexo, o qual, apesar de sua ampla difusão e uso no cristianismo primitivo, acabou não entrando no cânon, possivelmente por certas perspectivas teológicas. Afinal, como o leitor poderá observar, o perdão dos pecados, por exemplo, não é associado ao arrependimento, mas ao sofrimento: quando Hermas afirma ao anjo que é seu “pastor”, que seus familiares se arrependem de seus pecados, o anjo responde da seguinte forma: “Eu também sei – respondeu – que eles se arrependem de todo o coração. Mas você acha, porém, que os pecados dos que se arrependem são perdoados? Não totalmente[...]” (p. 224). Mesmo assim, as visões, os mandamentos e as comparações que constituem o Pastor de Hermas são leitura valiosa para quem quiser refletir sobre diversos aspectos da teologia, a exemplo do jejum, da caridade e do arrependimento.

Todos estes livros que formam os “Pais Apostólicos”, e que muitas vezes são colocados ainda em conjunto com a Epístola de Barnabé e com a Epístola de Diogneto, são, como bem colocado por Alderi Souza de Matos, “declarações de uma fé e piedade sinceras, revelando acima de tudo um interesse pastoral e prático” (p. 7). Mais do que construir a teologia, tal como farão os “Pais da Igreja” – a exemplo de Justino e Agostinho –, os “Pais Apostólicos” servem como sintomas de uma situação que, estando presente em momento tão inicial da igreja, já indicava ser uma grande tendência dentro daquela, que é a pluralidade. O desejo de se unificar a igreja, portanto, não é uma inovação dos grupos ecumênicos atuais, mas já era o sonho de inúmeros líderes da igreja nascente, que desde seu nascimento se constituiu como uma realidade múltipla.

Por fim, cabe destacar que os “Pais Apostólicos”, para além de demonstrarem aspectos de uma mentalidade própria do cristianismo dentro do contexto greco-romano – chegando inclusive ao ponto de se utilizar o mito da fênix como analogia à ressurreição de Cristo –, tratam de questões praticamente atemporais, servindo como importante meio de reflexão para os cristãos de hoje. Afinal, estes textos antigos falam de cristãos que criavam novas igrejas por desavenças com as lideranças eclesiais, “profetas” que pediam dinheiro para si e não para os necessitados, líderes que não viviam o que ensinavam, tratando, portanto, de diversos problemas bastante atuais. Lembra o leitor, assim, que diversas dificuldades que a igreja enfrenta, e que inclusive pensamos ser resultado de uma situação particular da nossa sociedade, são na verdade desafios presentes desde o início do cristianismo. São resultados do simples fato de que a igreja é formada por pessoas.